

O ensino superior a distância no Brasil

*José Manuel Moran**

Resumo

Somente depois da LDB de 1996 o Brasil implantou efetivamente cursos superiores a distância. Passamos de uma fase mais experimental – aprendendo e testando alguns modelos diferentes – à fase atual de consolidação e de maior regulação por parte do Ministério da Educação. Os modelos predominantes são os de teleaula, videoaula e WEB, com maior ou menor apoio local. Temos instituições particulares e públicas atuando na graduação e pós-graduação. As públicas se articulam na Universidade Aberta do Brasil (UAB) – uma articulação entre universidades estaduais, federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets), com centenas de cursos superiores a distância de licenciatura, bacharelado, tecnológicos, especialização e extensão. A legislação atual no Brasil privilegia o modelo semipresencial, com acompanhamento dos alunos perto de onde moram (em polos) e mostra desconfiança pelo modelo de acompanhamento *on-line*, principalmente em cursos de graduação. A educação a distância está se transformando de uma modalidade complementar ou especial para situações específicas em referência importante para uma mudança profunda do ensino superior como um todo. O ensino superior utilizará cada vez mais metodologias semipresenciais, flexibilizando a necessidade de presença física, reorganizando os espaços e tempos de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação a distância – Ensino superior – Modelos EAD – UAB.

* Professor de Novas Tecnologias na USP (aposentado) e diretor acadêmico da Faculdade Sumaré, SP.

The distance learning college in Brazil

Abstract

Brazil has effectively implemented distance learning courses only after the promulgation of the Directives and Bases for National *Education Law (LDB) of 1996*. We moved from a more experimental phase – learning and testing some different models – to the present phase of consolidation and greater regulation by the Ministry of Education. The predominant models are teleclasses, video classes and WEB, with a greater or lesser local support. There are private and public institutions acting in undergraduate and postgraduate programs. The public ones articulate themselves in the UAB (Open University of Brazil) – an articulation among state and federal universities, federal institutes of education, science, and technology (Ifets), with hundreds of distance learning programs in major, bachelor, technical, specialization or extension courses. The present laws in Brazil privilege the semi-presence courses, with the students studying near their homes (in poles) and shows some distrust of the on-line model, mainly in the undergraduate courses. The distance learning system is becoming an important reference for a deep change in higher education, moving from a complementary or special modality to specific situations. The distance learning system shall use more the semi-presence methodologies, flexibilizing the need for the physical presence, reorganizing the spaces and the time for teaching and learning.

Keywords: Distance learning – graduation – EAD model – UAB.

La enseñanza superior a distancia en Brasil

Resumen

Brasil sólo después de la LDB – en 1996 – implantó efectivamente carreras superiores a distancia. Pasamos de una etapa más experimental – aprendiendo y probando algunos modelos diferentes – a la fase actual de consolidación y de mayor regulación por parte del Ministerio de Educación. Los modelos predominantes son los de teleclase, videoclase y WEB con mayor o menor apoyo local. Hay instituciones particulares y públicas actuando en la graduación y postgrado. Las públicas se articulan en la UAB –

una articulación entre universidades estatales, federales e institutos federales de educación, ciencia y tecnología (Ifets), con centenas de carreras superiores a distancia de licenciatura, bachillerato, cursos tecnológicos, especialización y extensión. La legislación actual en Brasil da prioridad al modelo semipresencial, con acompañamiento de los alumnos en las proximidades de donde viven (en polos) y muestra desconfianza por el modelo de acompañamiento *on-line*, principalmente en carreras del nivel universitario de graduación. La educación a distancia está transformándose, de una modalidad complementar o especial para situaciones específicas, en referencia importante para un cambio profundo de enseñanza superior como un todo. Este utilizará cada vez más metodologías semipresenciales, flexibilizando la necesidad de presencia física, reorganizando los espacios y tiempos de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Educación a distancia – Enseñanza superior – Modelos EAD – UAB.

Introdução

No Brasil, o ensino superior a distância só foi reconhecido com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996; até então, o ensino a distância era oferecido apenas no ensino técnico ou de jovens e adultos. Nos últimos anos da década de 1990, as universidades atendem a demandas específicas, principalmente a de capacitação de professores em serviço e de cursos de Pedagogia e Normal Superior. Foi uma etapa de aprendizagem das instituições públicas e privadas e também do Ministério da Educação. Nestes últimos anos surgiram formatos novos de cursos, que juntaram diversas tecnologias e a possibilidade de atender a milhares de alunos simultaneamente. São os cursos por satélite e os cursos via WEB que ampliam de forma não imaginada a flexibilidade de adaptação a cada situação, aos alunos que moram perto e aos que moram longe, oferecendo apoio presencial próximo ao aluno ou orientação pela Internet (ALVES, 2009).

Depois dessa primeira fase mais experimental de aprendizagem e de implantação de alguns modelos diferenciados, encontramos-nos atualmente numa fase de consolidação e de maior regulação da EAD no Brasil, principalmente no ensino

superior. O crescimento continua intenso (média de 20% ao ano, tanto na graduação como na especialização). Esse crescimento aconteceu muito rapidamente e, em algumas instituições, a expansão foi inesperada, passando em quatro anos a ter mais de 150 mil alunos (quando no presencial não possuem nem 10% desta quantidade de alunos).

A educação a distância cresceu mais de 200% entre 2004 e 2007. E pela primeira vez o número de alunos de cursos de graduação supera os de cursos de especialização e extensão. No ensino de graduação, em cursos autorizados pelo MEC, eram 430 mil alunos no começo de 2008, enquanto os cursos de especialização e extensão atingiam 390 mil estudantes (SANCHEZ, 2008).

Desde 2005, as universidades públicas atuam de forma mais integrada, com a implantação pelo Ministério da Educação do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, uma agência articuladora que privilegia a formação de professores em regiões carentes, atualmente em mais de 550 cidades. A UAB não é uma instituição de ensino superior tradicional, mas uma articulação entre universidades estaduais, federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets), totalizando 74 entidades e com centenas de cursos superiores a distância, de licenciatura, bacharelado, tecnológicos, especialização e extensão. A EAD transforma-se, finalmente, em política pública, com mais recursos, apoio, ações, o que aumentará significativamente o número de alunos com acesso ao ensino superior, principalmente no médio prazo¹.

A EAD ainda é vista por muitos como uma solução pontual para situações específicas: pessoas mais adultas, que moram em cidades distantes ou que precisam de horários mais flexíveis do que nos cursos presenciais. Aos poucos se percebe que as atividades a distância são fundamentais para a aprendizagem atual, para atender a situações muito diferenciadas de uma sociedade cada vez mais complexa. A EAD, apesar do preconceito de muitos, é fundamental para modificar processos insuficientes e caros de ensinar para muitas pessoas ao longo da vida.

¹ <http://uab.capes.gov.br/>.

Modelos de EAD no Brasil no ensino superior

A EAD torna-se cada vez mais complexa, porque está crescendo em todos os campos: com modelos diferentes, rápida evolução das redes, mobilidade tecnológica, pela abrangência dos sistemas de comunicação digitais. Existem modelos bem diferentes de EAD que respondem a concepções pedagógicas e organizacionais distintas. Há os modelos autoinstrucionais e os colaborativos; modelos focados no professor (teleaula), no conteúdo, e outros centrados em atividades e projetos. Há modelos para poucos alunos e modelos de massa, para dezenas de milhares de alunos. Há cursos com grande interação com o professor e outros com baixa interação.

O importante é que EAD é educação e tem que ser de qualidade, tanto quanto a educação presencial (NASCIMENTO, 2007). EAD de qualidade é aquela que ajuda o aluno a aprender tanto quanto no curso presencial. Não se mede isso pelo número de alunos envolvidos, mas pela seriedade e coerência do projeto pedagógico, pela qualidade dos gestores, educadores, mediadores (sejam eles tutores ou qualquer palavra que se queira usar), e também pelo envolvimento do aluno, se este também quer aprender ou somente tirar um diploma. A EAD envolve todo um processo, e nisso não se diferencia do presencial. As instituições sérias de cursos presenciais costumam desenvolver também um trabalho a distância relativamente sério, e aquelas que são menos sérias, que focam mais os interesses econômicos no presencial, costumam ver a EAD como um caminho para ganhar ainda mais dinheiro. Alguns autores servem de base para a avaliação do ensino superior a distância no Brasil, entre eles se destacam: Litto (2009), Valente (2009), Almeida (2009), Gatti (2002), Silva (2003) e Oliveira (s/d).

Basicamente, temos três modelos principais de EAD no ensino superior no Brasil, com algumas variáveis e combinações: o modelo teleaula, o modelo videoaula e o modelo WEB.

O modelo teleaula

O modelo teleaula reúne os alunos em salas e um professor transmite uma ou duas aulas por semana, ao vivo. Os alunos

enviam perguntas e o professor responde aquelas que considera mais importantes. Em geral, depois das teleaulas, os alunos se reúnem nas telessalas, em pequenos grupos, para realizar algumas atividades de discussão e aprofundamento de questões relacionadas com a aula dada sob a supervisão de um mediador, chamado professor-tutor local. Além das aulas, os alunos costumam receber material impresso e orientações de atividades para fazer durante a semana, individualmente, com o acompanhamento de um professor-tutor *on-line* ou eletrônico.

Este modelo começou focando mais a transmissão, a tecnologia de satélite, a multiplicação de polos onde eram instaladas as telessalas. As aulas são variações de professores falando – com ilustração de apresentações em PowerPoint, trechos de vídeo e alguma interação com a lousa digital. Os textos das aulas estão em livro impresso ou digital (CD, DVD ou Internet). Além das teleaulas e das atividades locais com o tutor de sala dos polos, os alunos acessam (quando podem) o portal do curso na Internet, onde encontram alguns materiais complementares, realizam alguma interação – em geral por fórum – e enviam sua atividade para o tutor *on-line*. Houve um crescimento desordenado deste modelo com a instalação de polos em muitas cidades, sem critérios definidos de parceria e sem padrões adequados de infraestrutura exigidos.

Os tutores *on-line* são essenciais para acompanhamento das atividades dos alunos durante a semana. Eles assistem às aulas, acompanham os alunos nas atividades individuais e de grupo, tiram dúvidas dos alunos e comentam as atividades realizadas (que costumam ser disponibilizadas no portfólio eletrônico). Também organizam os alunos em grupos para poder atendê-los melhor e agendam *chats* com eles (CORTELAZZO, 2007).

Os tutores de sala ficam nos polos, perto dos alunos, para acompanhá-los nas atividades presenciais durante as teleaulas e depois nas atividades de sala feitas em grupo. Durante a semana, ajudam os alunos que vão aos polos para pesquisar nos laboratórios.

Uma figura que as instituições criaram é a do coordenador pedagógico do polo para todos os cursos. Ele é o responsável institucional pelo bom andamento dos cursos no local, coordena

as atividades dos tutores, supervisiona o funcionamento da infraestrutura e do desenvolvimento acadêmico.

Em relação à infraestrutura, há uma exigência maior de bibliotecas no polo, que deveria ter um livro para cada oito alunos na bibliografia básica, e uma proporção equivalente de computadores por número de alunos. Também as instituições estão mais atentas a criar laboratórios específicos para cada curso, virtuais e físicos.

Com a regulamentação mais detalhada elaborada pelo MEC para autorização de cursos a distância² e a delimitação da infraestrutura necessária para os polos³, os cursos adquirem um caráter mais semipresencial, com maior apoio local e uma estrutura mais adequada.

A partir de entrevistas com coordenadores pedagógicos de algumas instituições superiores que adotam o modelo teleaula, pude constatar avanços importantes que estão acontecendo na organização acadêmica e administrativa. Os principais são:

- busca de aulas mais produzidas, com mais recursos de apoio (entrevistas, vídeos, animações, jogos). O modelo professor falando com apoio do PowerPoint está desgastado. Há uma valorização de maior participação dos alunos, de estabelecer vínculos com os polos, de quebrar a aula com algumas atividades de discussão ou problematização intercaladas;

- depois da teleaula é colocado um link disponível no ambiente virtual para que os alunos possam rever a aula quando acharem conveniente (em algumas instituições o link fica disponível por poucos dias), pode ser acessado no polo ou pode ser adquirido no formato DVD na biblioteca do polo.

Além das teleaulas há um avanço em algumas instituições no pós-aula, quando o professor retoma alguns tópicos da teleaula e os amplia num segundo momento por meio de uma webaula, de um *podcast* ou recurso semelhante. É uma forma de reforço, ampliação e personalização da teleaula, para focá-la

² http://www.inep.gov.br/download/superior/ead/Instrumento_Autorizacao_curso_EAD.pdf.

³ http://www.inep.gov.br/download/superior/ead/Instrumento_Cred_Polo_EAD_atualizado_agosto.pdf.

melhor, tirar dúvidas. Esse material está disponível para o aluno no ambiente digital do curso. Há uma ligação maior entre teleaula, a web (ou áudio-aula) e os estudos independentes. Academicamente, o projeto está mais integrado agora do que no começo. Começa-se pela teleaula, o professor retoma as questões de uma forma mais dialógica e faz a integração com as atividades individuais de estudo e pesquisa. As instituições começam a perceber a importância de divulgar e reutilizar mais as próprias produções dos alunos, principalmente aquelas feitas em vídeo. São utilizadas como subsídio das teleaulas e muitas ficam disponibilizadas na biblioteca digital.

– Há um melhor aproveitamento da cenografia. Alguns estúdios contam com equipamento de cenário virtual, que permite inserir o professor em ambientes relacionados com os temas de sua fala. Há professores que representam personagens vinculados ao conteúdo, trazem profissionais para aproximar as ideias da experiência prática.

– Alguns professores desenvolvem formas de comunicação mais direta com os alunos: mobilizam os polos com alusões diretas, com reorganização do espaço físico, com gincanas, concursos, esquetes, representações, simulações.

Essa comunicação direta, ao vivo, é vista como grande diferencial neste modelo. Os alunos gostam de sentir o contato direto com o professor, enviar-lhe perguntas, sentir-se incluído, mesmo que esporadicamente. Eles gostam de se saberem citados, de se verem representados. Há certa mitificação do professor; os alunos os veem como atores de TV. Tenho visto professores que eram contrários a este modelo e que agora se sentem bem, por reforçar e ampliar seu papel de transmissor da informação e criar essa aura de visibilidade que a TV confere.

Os alunos manifestam o sentimento de participar de algo mais amplo que em uma aula presencial comum, porque compartilham questões com alunos de todo o País e, portanto, podem confrontar visões com culturas diferentes. Essa interculturalidade poderia ser muito mais explorada nas próprias teleaulas e no ambiente virtual.

O recurso de webconferência ou de áudio-conferência pode ser útil para orientação de grupos, para tirar algumas dúvidas,

para orientação de estágios e trabalhos de conclusão de curso (TCC). Os trabalhos de apresentação de alunos também podem ser realizados dessa forma. Algumas instituições já realizam a defesa da monografia em cursos de pós-graduação por meio de programas de webconferência, o que permite a conexão em tempo real e a possibilidade de cada um conectar-se onde considerar mais conveniente.

Apesar dos avanços mostrados pelos coordenadores desses cursos por teleaula, observamos que se privilegia a transmissão da informação pelo professor numa época em que a informação está disponível por várias mídias e que o papel do professor poderia ser muito mais importante se ele se transformasse em orientador, em contextualizador das questões dos alunos.

Um enfoque diferente do modelo de teleaula poderia inverter o processo. Pode ser um ponto de chegada e não só um ponto de partida da informação. Os alunos teriam contato com um assunto a partir de alguns materiais prévios (impressos, em áudio e vídeo), realizariam algumas atividades de compreensão e pesquisa individual e em grupo, discutiriam as questões com os tutores e encaminhariam os resultados da pesquisa e as questões principais para o professor que, na teleaula, avaliaria todo o processo e traria contribuições específicas para aqueles grupos naquele momento.

Quanto à organização curricular, predomina o modelo disciplinar, mas também se trabalha por módulos. Algumas instituições trabalham uma disciplina por vez (em geral, uma por mês), enquanto outras alternam duas disciplinas para dar mais variedade ao aluno (a avaliação parcial costuma ser bimestral e, ao fim do semestre, é feita a avaliação de todas as disciplinas). As que organizam as disciplinas sequencialmente costumam fazer uma avaliação presencial ao término de cada uma (em média, uma vez por mês) e evitam a avaliação geral semestral. Até agora houve predomínio na avaliação presencial de múltipla escolha, mas atualmente as questões dissertativas são mais utilizadas. Algumas instituições combinam questões objetivas com questões dissertativas. A avaliação presencial sempre tem um peso maior (exigência do MEC) e varia entre 60% e 80% do valor da nota ou conceito final. Os alunos são avaliados nas atividades a dis-

tância e em sala. Existem atividades preparatórias para a avaliação *on-line* principal, das quais duas são mais freqüentes: a qualidade da contribuição aos fóruns e o portfólio eletrônico ou físico, que recolhe os principais trabalhos desenvolvidos.

No sistema modular, em geral, são desenvolvidos três módulos por semestre. Cada módulo possui dois ou três professores. Um módulo trabalha, em média, quatro temas. Em algumas instituições que trabalham por módulos são utilizados de seis a oito professores por semestre.

O modelo WEB

Hoje em dia quase todos os cursos superiores a distância utilizam a Internet em algum momento, mas há instituições que têm nela seu principal suporte. Os cursos de curta duração podem ser realizados inteiramente *on-line*, já nos superiores, principalmente os de graduação, ainda há forte pressão pelo modelo semipresencial.

O modelo WEB foca o conteúdo disponibilizado pela Internet e por CD ou DVD. Além do material na WEB, os alunos costumam ter material impresso por disciplina ou módulo. Os ambientes principais de aprendizagem são o *Moodle*, o *Blackboard* e o *Teleduc*. Algumas instituições têm seu próprio ambiente digital de aprendizagem. Começa-se a utilizar a webconferência para alguns momentos de interação presencial com os alunos, para orientações, dúvidas e manutenção de vínculos afetivos.

Até agora, temos basicamente dois modelos diferentes de ensino superior a distância via web: o modelo mais virtual e o modelo semipresencial. No modelo virtual, a orientação dos alunos é feita a distância pela Internet ou telefone. Os alunos se reportam ao professor e ao tutor durante o semestre e geralmente se encontram presencialmente apenas para as avaliações. É um modelo no qual tudo acontece predominantemente na Internet e os encontros presenciais são mais espaçados, porque não existem os polos para apoio semanal.

No modelo semipresencial, como os do Consórcio CEDERJ⁴ das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro

⁴ <http://www.cederj.edu.br/fundacaoecierj/index.php>.

ro, os alunos têm polos perto de onde moram e, além do tutor *on-line*, têm o tutor presencial no polo, com quem podem tirar dúvidas, participar das atividades solicitadas e dos laboratórios de informática e outros, específicos do curso. Este modelo é replicado pelas universidades públicas, sob a gestão da UAB – Universidade Aberta do Brasil, que fazem parceria com as prefeituras para a instalação dos polos de apoio presenciais.

Nessa fase de regulação maior da EAD, há uma forte pressão para que todas as instituições que atuam no ensino superior a distância, principalmente na graduação, revejam seus projetos pedagógicos e se adaptem ao modelo semipresencial, com polos presenciais mais estruturados e atuantes, de acordo com as normas legais atuais, que se expressam nos instrumentos de credenciamento, autorização de cursos a distância e de autorização de polos. As instituições que atuam no modelo de atendimento *on-line* via WEB, utilizando os polos para avaliação presencial, terão que se adaptar a essas normas – enquanto não houver mudanças – para obter o credenciamento ou o reconhecimento dos cursos.

O modelo videoaula

Há instituições de ensino superior cujo projeto pedagógico foca mais a produção audiovisual e impressa pronta, não ao vivo. Produzem as aulas em estúdio, com mais ou menos profissionalismo.

Também há dois modelos predominantes utilizando a vídeoaula, um semipresencial e outro *on-line*.

O modelo mais usual é o de telessalas, em que o aluno vai presencialmente uma ou várias vezes por semana e um tutor supervisiona a exibição do vídeo e as atividades relacionadas ao conteúdo da disciplina. Este também é responsável por tirar as dúvidas dos alunos, sob a coordenação de um professor responsável por essa disciplina. Esse modelo é muito útil, principalmente para cidades pequenas, sem condições para a instalação de uma instituição de ensino superior presencial.

Outro modelo é com vídeoaulas, em que os alunos acessam via WEB ou recebem um CD ou DVD. Os alunos assistem às vídeoaulas em casa ou no trabalho, leem o material impresso e

fazem as atividades que são entregues a um tutor – *on-line*, num ambiente de aprendizagem digital, em geral o *Moodle*. Os alunos só vão a um polo para a avaliação *on-line*.

Os modelos de videoaula que utilizam mais a WEB – em geral o *Moodle* – como ambiente de aprendizagem e de interação precisam rever seu projeto à luz das atuais normas legais, focando muito mais o apoio local ao longo do curso e não apenas a avaliação.

As exigências atuais de infraestrutura do MEC de polos com muito mais recursos dificultam o atendimento a essas pequenas populações. Os alunos têm que se deslocar muito mais do que antes.

O modelo semipresencial é muito utilizado nos cursos de Pedagogia e licenciaturas. Como os anteriores, ele também precisa se adaptar às normas vigentes. A infraestrutura de apoio administrativa, tecnológica e acadêmica costuma ser precária, com poucos computadores, biblioteca diminuta e o tutor sozinho com os alunos.

A maior parte dos cursos focados em aulas prontas ou ao vivo continua mais preocupada com a transmissão da informação do que com a aprendizagem ativa do aluno, individual ou em grupo. Entretanto, numa sociedade em que se privilegia o conhecimento crítico e criativo, e o saber agir diante de situações que mudam constantemente, torna-se ainda mais necessário o deslocamento do foco para o aluno como sujeito ativo da aprendizagem. A ênfase em metodologias mais participativas é condição fundamental para termos uma educação de qualidade, presencial ou a distância, na sociedade do conhecimento.

O predomínio de um modelo legal de EAD

O MEC, preocupado com a qualidade, propõe parâmetros para organizar um processo em expansão rápida e com algumas instituições com mais preocupação mercadológica do que pedagógica. A legislação atual no Brasil privilegia o modelo semipresencial, com acompanhamento dos alunos perto de onde moram, e mostra desconfiança pelo modelo de acompanhamento *on-line*, principalmente em cursos de graduação.

Se em outros países com mais tradição em EAD – como a Inglaterra, a Espanha e a Austrália – existem diversos modelos de educação a distância, se cada universidade pode definir sua forma de atuar e ainda obtém resultados satisfatórios, por que devemos nos centrar num modelo semipresencial como condição indispensável para o reconhecimento legal?

O Prof. Vianney mostra que os alunos da Open University conseguem ser bem classificados dentre as cinco melhores instituições da Inglaterra, e as diversas faculdades têm bastante flexibilidade para organizar os diversos cursos a distância (VIANNEY, 2008). A Open University atua desde a década de 1970 e escolhe bons professores para escrever e gerenciar seus cursos. A diversidade metodológica não é um obstáculo, o importante é ter um bom projeto pedagógico e bons professores, com boas condições de trabalho.

Um estudo feito pelo Prof. Dilvo Ristoff, quando diretor do Inep, comparou o desempenho dos alunos dos mesmos cursos nas modalidades a distância e presencial do Enade 2005–2006. Em 7 das 13 áreas onde essa comparação era possível, alunos da modalidade a distância se saíram melhor do que os demais. Quando a análise foi feita levando em conta apenas os alunos que ainda estavam na fase inicial do curso – o Enade permite separar o desempenho de ingressantes e concluintes – o quadro é ainda mais favorável ao ensino a distância: em 9 das 13 áreas o resultado foi melhor. Nesses casos, turismo e ciências sociais apresentaram a maior vantagem favorável aos cursos a distância. Geografia e História foram os cursos em que o ensino presencial apresentou melhor desempenho.⁵

O professor Wolfram Laaser da FernUniversität da Alemanha, em palestras na Universidade Federal de Santa Catarina, mostra que, comparando-se as trajetórias profissionais dos alunos concluintes – presenciais e a distância – após vinte anos, numa mesma organização, os que tinham feito seus cursos a distância ocupavam funções mais destacadas. Os fatores consi-

⁵ GOIS, Antônio. Aluno a distância vai melhor no Enade. *Jornal Folha de S. Paulo*, 10 set. 2007.

derados para compreensão desse fenômeno foram os da autonomia e da determinação necessária aos alunos para poder acompanhar as exigências de estudos autônomos, característica dos cursos a distância daquela universidade (VIANNEY, 2008).

É importante especificar melhor os parâmetros de avaliação de cursos a distância que utilizam mais a comunicação *on-line* do que a territorial (em polos). Há uma preocupação com o número muito grande de alunos por professor-orientador ou tutor. Algumas instituições têm mais de 200 alunos por tutor. Sem dúvida, essa é uma questão séria e que merece maior análise. Um número menor de alunos acompanhados por professores bem preparados é condição necessária para a melhoria dos cursos pela WEB. Houve preocupação com a definição de parâmetros para autorização e avaliação de cursos com ênfase no modelo semipresencial, mas não houve definição de parâmetros para cursos superiores com maior acompanhamento pela WEB, além de haver menos apoio local.

É possível aprender a distância de várias formas. No Brasil, estamos ainda numa fase de mudanças profundas nesse tipo de educação, pelos seguintes motivos: a evolução nas tecnologias em rede e tecnologias móveis é rápida e há necessidade de incluir o maior número de alunos possível no ensino técnico e no superior. Num país com tantas necessidades e diversidade, é importante haver projetos consistentes com propostas diferentes, que sejam bem acompanhados e avaliados.

O difícil equilíbrio na educação entre o econômico e o pedagógico

Há muitas contradições e tensões na educação. As principais devem-se a que, em alguns momentos, focamos a educação mais como direito – educação para todos – enquanto em outros o foco é a educação como negócio – como bem econômico, serviço, que se compra e vende, se organiza como empresa e onde se busca a maior rentabilidade, lucro e retorno do investimento.

Há instituições que veem a EAD – como também o curso presencial – mais como negócio, mercado e investimento, e todos os esforços são direcionados para a rápida ocupação do

mercado, para a rentabilidade máxima dos acionistas, para ter um baixo custo ao aluno. Há instituições que focam no curto prazo e outras, no longo. Em educação, o sucesso de curto prazo pode ser traiçoeiro, porque projetos que atraem muitos alunos, se mal avaliados, afastam novas inscrições.

Estamos numa fase de profundas transformações, que nos levam a reorganizar todos os processos de ensino e aprendizagem, incluindo atividades a distância, flexibilidade curricular, possibilidade de cursos *on-line* em qualquer lugar e a qualquer hora. Se predominar a concepção administrativa sobre a pedagógica, poderemos criar com tecnologias novas, processos velhos ampliados. Hoje, há certa apropriação das tecnologias avançadas para a multiplicação de processos conservadores, focados no conteúdo transmitido ou disponibilizado, pela substituição do professor pelo “tutor” (mais barato) e pelo enxugamento de custos e maximização de lucros.

A exigência da avaliação presencial

Uma questão que precisa ser mais bem analisada é a exigência legal de que a avaliação principal de um curso a distância seja presencial e tenha um peso maior do que as avaliações feitas durante o curso. Em primeiro lugar, focar o peso da avaliação num momento presencial contradiz os projetos pedagógicos de muitos cursos que se dizem construtivistas e interacionistas, e que afirmam que o importante é a avaliação em processo (formativa) e não a pontual (somativa). Em segundo lugar, evidencia-se uma contradição gritante e preconceituosa contra a educação a distância ao exigir que neste curso a avaliação seja presencial. Entendemos a possibilidade de existência de fraude a distância, assim como há também no presencial, mas não se pode impedir – legalmente – que um curso a distância seja totalmente *on-line* (como acontece em muitos países). Hoje há recursos confiáveis de verificação e de acompanhamento digital dos alunos (SILVA, 2008).

O curioso é que muitas instituições não estão de acordo com a necessidade de as avaliações serem presenciais, mas as reduzem a provas de múltipla escolha. O MEC fala em avalia-

ções presenciais, não em provas, necessariamente. Nesses momentos presenciais diferentes atividades poderiam ser realizadas, como seminários, apresentação de resultados de projetos, discussões orais e muitas outras, além de provas.

Mudanças no ensino superior a distância

Estamos diante de muitas mudanças, em uma fase em que temos de repensar a educação como um todo, em todos os níveis, e a legislação da educação a distância é bastante detalhista e restritiva. Precisamos ter sensibilidade legal para evitar uma asfixia burocrática nesta fase e, ao mesmo tempo, sinalizar alguns limites para cada momento histórico. Estamos numa área na qual conceitos como os de espaço, tempo, presença (física/virtual) são muito complexos, e exigem atenção redobrada para superar modelos convencionais (que costumam servir como parâmetro para avaliar situações novas).

Estamos caminhando para uma etapa de integração muito maior entre o presencial e o virtual. Algumas instituições já perceberam que a flexibilidade é inevitável, propõem cursos que podem ser feitos presencialmente ou a distância, com maior integração e, às vezes, sem que o aluno perceba que é um curso a distância. Os cursos presenciais terão cada vez mais atividades a distância, em proporção superior à atual, de forma que perderá sentido a separação entre o presencial e o a distância, como acontece hoje.

O modelo semipresencial é o mais viável para a maioria das escolas nos próximos anos para alunos que moram perto do *campus*. Em todos os níveis de ensino teremos momentos juntos e atividades personalizadas de inserção em projetos, práticas, pesquisas combinadas com atividades de interação, de colaboração. Todas as universidades e organizações educacionais, em todos os níveis, precisam experimentar novas soluções para cada situação, curso, grupo e os legisladores devem ser cautelosos na normatização para não inviabilizar os avanços necessários à EAD.

Dependendo do projeto pedagógico do curso, da instituição, da idade do aluno haverá diferentes formatos de curso, níveis de flexibilidade, de orientação. Mas todos terão muito

menos presença física do que há hoje, menos horários rígidos como acontece atualmente.

O curso semipresencial avançará porque se adapta muito mais à nova sociedade aprendente, conectada; pois as crianças e jovens já têm uma relação muito mais familiar com a Internet, as redes, o celular e a multimídia do que os adultos. O semipresencial já é uma experiência vivida por eles em muitas outras situações. A escola é que não os está acompanhando. O semipresencial avançará também porque, para os mantenedores das escolas, reduzirá custos de utilização de infraestrutura, de ocupação de espaço, de horas-aula de professores. E a legislação precisa possibilitar essa flexibilidade das formas de ensino e aprendizagem que mais se adaptam às necessidades de cada pessoa e grupo em todos os níveis de ensino.

A legislação não consegue prever essas mudanças, por isso é importante permitir propostas inovadoras, acompanhá-las, avaliá-las para podermos avançar mais rapidamente. A legislação pode trabalhar com parâmetros, princípios – em decretos – sem chegar a minúcias que podem trazer problemas de interpretação e impedir avanços significativos e que podem ser normatizados em portarias. É necessário regular com mais abertura para o novo e supervisionar o que acontece mais de perto para avançar de verdade, e separar os que querem contribuir para um ensino e aprendizagem de qualidade daqueles que só querem lucrar com qualquer tipo de ensino, seja presencial ou a distância.

A educação a distância está se transformando de uma modalidade complementar ou especial para situações específicas em referência importante para uma mudança profunda do ensino superior como um todo. Este utilizará cada vez mais metodologias semipresenciais, flexibilizando a necessidade de presença física e reorganizando os espaços e tempos de ensino e aprendizagem. A educação a distância está se expandindo, sem dúvida, mas também afetando profundamente a educação como um todo. Num mundo conectado em redes, onde há um aumento da mobilidade, a educação a distância hoje passou de modalidade complementar a eixo norteador de mudanças profundas na educação como um todo, principalmente no ensino superior.

Num mundo mais complexo, com tecnologias móveis, em rede, caminhamos para uma integração progressiva e profunda entre cursos presenciais e a distância com muito mais flexibilidade curricular, metodológica, espacial e temporal, com ênfase no aluno como protagonista, pesquisador, individual e grupal, com a mediação competente de educadores bem preparados e remunerados. Só assim a educação superior cumprirá o desafio de preparar mais pessoas capazes de efetuar melhores escolhas pessoais e profissionais, que contribuam para tornar nossa sociedade mais justa, fraterna e realizadora.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Elizabeth. As teorias principais de andragogia e heutagogia. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 105-111.

ALVES, João Roberto. A história do EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

CORTELAZZO, Iolanda et al. *Cursos de graduação a distância: inclusão e qualidade*. Trabalho apresentado no Congresso Internacional da ABED. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/82200724656PM.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

GATTI, Bernardette. *A formação de professores a distância: critérios de qualidade*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/ead/eadt1b.htm>>. Acesso em: 3 ago. 2008.

LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MEC-SEED. *Referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância*. Brasília, ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

MEC-SEED. *Desafios da educação a distância na formação de professores*. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2006.

MORAN, José Manuel. A educação a distância e os modelos educacionais na formação dos professores. In: BONIN, Iara et al. *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 245-259. (XIV Endipe).

NASCIMENTO, Francisco; CARNIELLI, Beatrice L. *Educação a distância no*

ensino superior: expansão com qualidade? Etd – Educação Temática Digital. Campinas, v. 9, n. 1, p. 84-98, nov. 2007.

OLIVEIRA, Teresinha Zélia; OLIVEIRA, Paulo Cezar. *Perspectivas sociais e políticas da EAD no Brasil: uma visão panorâmica com foco na produção científica para o setor.* Disponível em: <http://twiki.im.ufba.br/pub/Main/PauloCezarOliveira/artigo_ead_pctz.doc>. Acesso em: 25 fev. 2009.

SANCHEZ, Fábio. *Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância.* São Paulo: Instituto Monitor/ABED, 2008.

SILVA, Angela; SILVA, Christina. *Avaliação da aprendizagem em ambientes virtuais: rompendo as barreiras da legislação.* Trabalho apresentado no Congresso da ABED. Santos, 2008. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2008/tc/510200863228PM.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2009.

SILVA, Marcos (Org.). *Educação on-line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa.* São Paulo: Loyola, 2003.

VALENTE, José Armando. Aprendizagem por computador sem ligação à rede. In: LITTO, Predric; FORMIGA, Marcos (Orgs.). *O estado da arte.* São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 65-71.

VIANNEY, João. A ameaça de um modelo único para a EaD no Brasil. *Colabor@ – Revista Digital da CVA-RICESU.* v. 5, n. 17, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.ricesu.com.br/colabora/n17/index1.htm>> Acesso em: 16 fev. 2009.

Endereço para correspondência:

www.eca.usp.br/prof/moran

Recebido em 12 de março de 2009

Aceito em 8 de abril de 2009